

1 **APROVAÇÃO 15/06/2021** ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA  
2 TÉCNICA SANEAMENTO BÁSICO - CTSAM DO COMITÊ DA REGIÃO  
3 HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES  
4 DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ – GRAVAÇÃO DISPONÍVEL – No dia 19 de  
5 maio de 2021, às 14h, se reuniu a Câmara Técnica de Saneamento Básico do  
6 CBH-BG para discussão da seguinte pauta: **1) Definição dos temas que seriam**  
7 **abordados inicialmente pela CTSAM; 2) Definição do calendário de**  
8 **reuniões ordinárias; 3) Aprovação da ata da reunião do dia 22/04/2021.**  
9 Marcos Basbaum deu início à reunião. **1) Definição dos temas que seriam**  
10 **abordados inicialmente pela CTSAM:** O coordenador informou que como sua  
11 entrada no CBH-BG era recente, teria algumas dúvidas a sanar e indagou aos  
12 colegas se de fato o GT Chorume foi encerrado. Caso estivesse encerrado, se  
13 poderia ser reativado, ou ainda se haveria a possibilidade de ser criado  
14 novamente e, caso possível, se deveria permanecer no local origem ou  
15 ficaria na Câmara Técnica. Flavia Lanari esclareceu que foi desativado e que  
16 não teria problema em ser reativado em outra instância, por não fazer parte do  
17 Comitê e estar vinculado com a Plenária. Foram apresentados os temas  
18 mencionados no primeiro item de pauta,: 1. PMSB (análise do conteúdo e  
19 acompanhamento do cumprimento das metas de cada PMSB / fazer correlação  
20 com metas do Plano de Recursos Hídricos do CBH-BG, levantamento da  
21 situação dos PMSB dos municípios da região - atualizados ou não - para análise  
22 do conteúdo em relação às metas estabelecidas nas novas concessões da  
23 CEDAE, levantamento dos PMSB desatualizados para destinação de recursos  
24 do CBH/BG, criar metodologia para hierarquização dos municípios para  
25 atualização do PMSB); (indicado por 5 pessoas); 2. GT Chorume (verificar os  
26 projetos discutidos e seus encaminhamentos para se for o caso, dar  
27 continuidade aos projetos já deliberados pela instância); (indicado por 3  
28 pessoas). 3. Verificação das demandas de saneamento já apresentadas  
29 anteriormente ao CBH-BG, para adequação, encaminhamentos e finalização. 4.  
30 Participação no acompanhamento das ações de saneamento vigentes sob  
31 responsabilidade Instituto Rio MetrÓpole e com fiscalização pela Agência  
32 Reguladora do RJ - AGENERSA. 5. Contribuições da CTSAM para  
33 institucionalização e fortalecimento dos serviços de saneamento nos municípios.  
34 Wanderson dos Santos colocou que somente o plano não seria suficiente,  
35 devendo ser analisado se esses planos seriam adequados e consistentes.  
36 Elielson da Silva apresentou defesa sobre o tema 1. Ele informou que boa parte  
37 dos municípios elaboraram seus planos, na época do PSAM que estava  
38 investindo nos municípios. A maioria destes planos teriam foco em água e  
39 esgoto, tendo uma deficiência nos temas drenagem e resíduos sólidos. Elielson  
40 prosseguiu tratando dos temas 1 e 4, e que seria importante uma apresentação  
41 do Instituto Rio MetrÓpole para informações quanto às metas, pois dependendo  
42 de quais fossem, as revisões deveriam ser alteradas. Elielson continuou  
43 relatando que não participou do GT Chorume, mas que poderia tratar do tema na  
44 área na qual trabalharia e faria gestão. Ele pontuou que no seu município  
45 existiria um aterro e que estaria revisando o projeto com objetivo de obter a



46 licença de operação. Elielson falou ainda sobre o chorume que seria tratado no  
47 Aterro, por meio de lagoas, colocando que o INEA não aceitaria mais esses tipos  
48 de tratamento. Sendo o órgão estadual ambiental, acrescentou que ele acabaria  
49 conduzindo a questão da destinação do chorume pois é sua a atribuição e a  
50 decisão. Wanderson informou que os planos precisariam ter aderência ao  
51 planejamento e atender todos os temas, tais como resíduo sólido e drenagem.  
52 Wanderson continuou informando que poderia haver uma metodologia para  
53 averiguar se os planos atenderiam a legislação vigente, para apresentar um  
54 diagnóstico inicial, entendendo os temas poderiam estar relacionados à CTSAM.  
55 Frederico Menezes se manifestou sobre o tema 5, colocando que também não  
56 participou do GT Chorume e que não saberia se existiria sentido abrir de novo o  
57 GT Chorume, complementando que poderia haver um encaminhamento para  
58 Diretoria, pois o que ele entendeu foi que o seu prazo estaria encerrado, sendo  
59 que logo após surgiu a CTSAM. Ele sugeriu colocar o GT Chorume nesta  
60 primeira parte e que no terceiro item, as demandas anteriores que foram  
61 elencadas, discutidas e não tiveram uma conclusão final, ele entendeu que  
62 novos temas não deveriam ser abordados, sem terem sido finalizados o que  
63 estariam em andamento. Eloisa Torres pontuou que era coordenadora na época  
64 do PSAM e contribuiu com informações, informando que todos os municípios  
65 possuíam Planos Municipais de Saneamento, mas que apenas os de Caxias,  
66 Mesquita e Niterói estariam em vigor. Os outros estariam desatualizados. Os  
67 planos elaborados atendiam apenas as questões referentes água e esgoto,  
68 sendo partes de um único sistema, hidráulico e urbano. Eloísa prosseguiu  
69 colocando que a drenagem seria um componente hidráulico e urbano que tem  
70 interação com o sistema natural físico, como córregos e rios. O planejamento da  
71 drenagem abrangeria uma área muito maior que simplesmente a área urbana. O  
72 tema dos resíduos seria uma questão de logística, coleta e separação para  
73 destinação à reciclagem, sendo que para o restante seria feito transbordo,  
74 transportado para aterro. Eloisa informou que no âmbito do PSAM, a ênfase foi  
75 para água e esgoto pois na época o investimento prioritário seria em  
76 esgotamento sanitário. Naquela época, a Secretaria de Estado do Ambiente  
77 (SEA) tinha o Programa Lixão Zero que lidava com cada um dos municípios para  
78 criar áreas comuns de coleta e destinação de resíduos. Eloisa concordou com  
79 Wanderson e disse que saneamento básico contemplaria água, esgoto,  
80 drenagem e resíduo sólido. Na época, a SEA resolveu apoiar de maneira distinta  
81 cada um dos planos e que todos estariam desatualizados. Eloisa informou que  
82 possuiria todas estas informações em planilha e que poderia encaminhar para  
83 contribuir. Na época que os planos foram elaborados nos anos de 2011, 2012 e  
84 2013, concluídos e aprovados através de lei em 2014. Eloisa prosseguiu  
85 relatando que os diagnósticos e as proposições eram avançados, pouca coisa  
86 mudou, que alguns sistemas foram paralisados e obras não foram concluídas,  
87 podendo, entretanto, serem disponibilizados dados mais sistematizados. Eloisa  
88 informou acreditar que a lei existente que destinaria 70% dos recursos dos  
89 CBHS, para esgotamento sanitário. Frederico Menezes informou estar seguro  
90 que os itens seriam coleta e tratamento de esgoto sanitário. Eloisa

91 complementou informando que se Niterói não possuísse ainda Plano, ele estaria  
92 próximo a ser aprovado. Todos estariam desatualizados inclusive as metas que  
93 seriam arrojadas para a ocasião, já que na época existia a intenção contrair  
94 novos empréstimos no âmbito do PSAM, como ocorreu em São Paulo com o  
95 programa do Tietê, i.e. PSAM 1, PSAM2 e PSAM 3. Eloisa opinou sobre a  
96 análise de conteúdo, acompanhamento e cumprimento das metas, pontuando  
97 que poderia analisar e estabelecer uma metodologia, mas que para o momento  
98 importante seria convergir essas metas e expectativas municipais no âmbito  
99 desses novos contratos de concessão de serviços de saneamento. Disse ainda  
100 que os valores dos investimentos são conhecidos, mas o local da sua aplicação  
101 ainda é desconhecido. Wanderson apresentou uma planilha a fim de ajudar a  
102 análise com os 17 assuntos apresentados pelos membros da CT, para  
103 abordagem. Amanda Braga considerou importante a fala do Frederico, porque  
104 nem todos que estariam na CTSAM, estavam no passado, quando ações foram  
105 deliberadas. Existiriam ações que foram deliberadas em 2018 e que ainda não  
106 estariam em realizadas ou em curso por diversos motivos. Recordou que houve  
107 uma resolução em 2018 na qual foram destinados R\$ 500.00,00 (quinhentos mil  
108 reais) para cada subcomitê com aplicação em curso em alguns subcomitês, mas  
109 em outros não. Amanda informou sobre a cobrança para utilização do recurso,  
110 em virtude de estarem paralisados desde 2018, colocando que seria interessante  
111 que o grupo discutisse e analisasse objetivando para um possível avanço,  
112 complementando que o recurso estaria na conta da Secretaria Executiva, sendo  
113 importante a aplicação dos recursos. Amanda disponibilizou o envio de um  
114 resumo do que está pendente. Silvana colocou que seria importante convidar o  
115 PSAM para entender exatamente como ele estaria atuando em relação a  
116 saneamento, e que poderia convidar o Instituto Rio Metrópole para saber seus  
117 planos e como seria sua estratégia para acompanhar o saneamento em todos os  
118 municípios da metrópole e a AGENERSA. Silvana prosseguiu informando que  
119 seria interessante um convite do Comitê para apresentação destes órgãos e  
120 conhecer suas visões a respeito do momento atual saneamento no estado.  
121 Halphy Rodrigues disse que com relação à recuperação e restauração do grupo  
122 dentro da CTSAM, poderia ser mantido o grupo, aproveitando a mesma equipe,  
123 desde que fosse aprovado no âmbito da CTSAM. Halphy prosseguiu colocando  
124 que em relação à duração do grupo, poderia possuir o período que a CTSAM  
125 necessitasse, mas que deveria ser respeitado o prazo de mandato dos  
126 membros, que geralmente seria o mesmo prazo da plenária, ou seja, período de  
127 2 anos a partir da posse, e que nada impediria que posteriormente fosse  
128 renovado com a inclusão dos mesmos membros. Halphy frisou que o voto valeria  
129 pela entidade e não pelo subcomitê, devendo ser contabilizado apenas um voto,  
130 independente do número de membros na CT. Desta forma, uma instituição pode  
131 ter mais de um titular na CTSAM, como no caso a CEDAE, com as duas vagas  
132 de usuários. Tamara Fernandes teve que se ausentar da reunião e deixou  
133 registrado nos votos do item 1 e 3. Marcos Basbaum propôs uma reunião terça  
134 ou quinta na primeira semana de junho. Tamara disse que terça ou quinta fica  
135 excelente, na primeira semana. Carolina Martins informou que na primeira



136 semana, somente a quarta feira estaria disponível, pois já estariam agendadas  
137 reuniões na terça e quinta à tarde. Marcos Basbaum pediu para que Carolina  
138 Martins pudesse conduzir a votação. Carolina perguntou a cada membro titular  
139 da CT sobre a escolha dos temas para a votação. Após apuração dos votos, os  
140 temas indicados foram os temas número 1 e 3, sendo que no caso do item 3,  
141 seria iniciado com o tema Chorume. Frederico falou sobre a necessidade de se  
142 oficializar o convite ao Instituto Rio MetrÓpole. **2) Definição do calendário de**  
143 **reuniões ordinárias:** Carolina Martins projetou uma planilha com as datas. Foi  
144 realizado a votação para toda terça feira de cada mês sendo os dias 15 de  
145 junho, 20 de julho, 17 de agosto, 21 de setembro, 19 de outubro, 23 de  
146 novembro, 15 ou 16 de dezembro. **3) Aprovação da ata da reunião do dia**  
147 **22/04/2021:** Marcos questionou sobre o posicionamento diante a ata, lembrando  
148 que somente ele teria enviado contribuições. Frederico disse que concordou com  
149 a alteração no último tópico e teria respondido o e-mail. Sobre a ata, foi  
150 realizada uma pequena alteração e aprovada pelos presentes.

151

#### 152 **Participantes:**

153 Associação de Preservação Ambiental das Lagunas de Maricá (APALMA) –  
154 Flávia Lanari; Instituto de Estudos dos Direitos Humanos e do Meio Ambiente –  
155 IEDHMA – Silvana Moreira; AMAVAG – Renato Rocha; REDECCAP – Rejany  
156 Santos; Instituto Terrazul – Eloísa Torres; Conselho Regional de Biologia –  
157 CRBio – Marcos Basbaum; Fundação Rio Águas – Patrícia Ney de Montezuma;  
158 Fundação Rio Águas – Wanderson José dos Santos; Secretaria do Estado de  
159 Ambiente e Sustentabilidade – SEAS – Tamara Fernandes; Águas de Niterói –  
160 Halphy Rodrigues; Prefeitura de Tanguá - Elielson Teixeira da Silva; Prefeitura  
161 Municipal de Magé – Maria Aparecida Rezende; Prefeitura de Nova Iguaçu -  
162 Guilherme Guimarães; Companhia Estadual de Águas de Esgoto – CEDAE –  
163 Frederico Menezes Coelho; ALAPI - Paulo Cardoso. Secretaria Executiva  
164 (Agevap): Amanda Rodrigues, Carolina Martins e Luciana Rosário.

165

166

167

Marcos Basbaum

**Coordenador da Câmara Técnica de Saneamento Ambiental**